



---

## Os Obstáculos à Construção Identitária do Afrodescendente no Contexto Brasileiro

### The Obstacles to the Identity Construction of Afro-descendants in the Brazilian Context

### Obstáculos a la construcción de identidad de las personas afrodescendientes en el contexto brasileño

**Sara Eugênia França**

(Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos/UFG, Brasil)

E-mail: [saraeugenia87@gmail.com](mailto:saraeugenia87@gmail.com)

#### Resumo

A identidade negra, como qualquer processo identitário, envolve muitos fatores para que seja construída de forma positiva e sem distorções que sejam capazes de oprimir o indivíduo. Um desses fatores é o reconhecimento existente entre os demais indivíduos acerca da identidade em construção. As formas como esse reconhecimento se dá pode ser decisiva para que o indivíduo forme uma identidade autêntica e positiva. No Brasil, a construção de uma identidade negra requer um esforço maior em função dos reflexos negativos da escravidão e do racismo estrutural que dificulta a construção de uma identidade baseada em premissas positivas.

**Palavras-chave:** Identidade. Racismo. Reconhecimento. Direitos Humanos

#### Abstract

Black identity, like any identity process, involves many factors for it to be positively constructed and without distortions that can oppress the individual. One of these factors is the recognition that exists among other individuals about the identity under construction. The ways in which this recognition occurs can be decisive for the individual to form an authentic and positive identity. In Brazil, the construction of a black identity requires a greater effort due to the negative reflexes of slavery and structural racism that make it difficult to construct an identity based on positive premises.

**Keywords:** Identity. Racism. Recognition. Human Rights

#### Resumen

La identidad negra, como todo proceso identitario, involucra muchos factores para que se construya de manera positiva y sin distorsiones que sean capaces de oprimir al individuo. Uno de estos factores es el reconocimiento que existe entre otros individuos respecto de la identidad en construcción. Las formas en que se produce este reconocimiento pueden ser decisivas para que el individuo forme una identidad auténtica y positiva. En Brasil, la construcción de una identidad negra requiere un mayor esfuerzo debido a los efectos negativos de la esclavitud y el racismo estructural que dificultan la construcción de una identidad basada en premisas positivas.

**Palabras-Clave:** Identidad. Racismo. Reconocimiento. Derechos humanos



**Recebido em: 30/01/2020**

**Aceito em: 05/04/2020**

## **1. Introdução**

O processo de construção de uma identidade envolve múltiplos fatores, podendo ocorrer em diversas fases da vida e até mesmo mais de uma vez durante a vida de um mesmo indivíduo, uma vez que nossas relações com os outros e fatores externos a nós podem influenciar de maneira significativa esse processo. Segundo Charles Taylor (2000 p.245), para falar a respeito de identidade é preciso levar em consideração uma característica crucial da vida humana, seu caráter dialógico.



As pessoas não adquirem as linguagens de que precisam para se auto definirem por si mesmas. Definimos nossa identidade sempre em diálogo com as coisas que nossos outros significativos desejam ver em nós — e por vezes em luta contra essas coisas (TAYLOR, 2000, p. 246).

Equivocadamente, vemos em algumas discussões, acerca da construção da identidade negra, afirmações de que ela se formaria em função da raça ou até mesmo da cor da pele. Partindo dessa premissa, as pessoas que apresentam fenótipos negros, teriam necessariamente uma identidade negra, o que nem sempre pode ser observado. *“Parece também que os critérios raciais sem consciência ideológica ou política não seriam suficientes para desencadear o processo de formação da identidade”* (MUNANGA, 2012 L.96). De maneira muito similar José D’Assunção Barros defende que identidade é uma noção sociocultural importante:

Identidade é uma noção francamente sociocultural. Seu uso nas ciências humanas tem permitido aprimorar a compreensão das mais diversas formações sociais e culturais, desde os tempos antigos. Seu uso social e político fortalece-se nos tempos modernos. (BARROS, 2014 p.220)

Kabengele Munanga verifica que o processo de construção de uma identidade realmente está cercado de muitos fatores que vão além da simples percepção de características físicas ou biológicas. Principalmente no Brasil, onde o processo de miscigenação foi e ainda é intenso.

Em finais do século XIX o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Não são poucos os exemplos que nos falam sobre esse “espetáculo brasileiro da miscigenação”, (SCHWARCZ, 1993, L.94)

Para Munanga as características físicas isoladas seriam insuficientes para garantir a construção de uma identidade. José D’Assunção Barros também defende que identidade, que o autor denomina em seu texto de consciência, é uma construção social e não biológica:

Sobre essa importante noção, é oportuno sustentar que a consciência não é a autoconsciência de que se é negro, enquanto unidade biológica, é a autoconsciência de que se é negro enquanto unidade sociológica. (BARROS, 2014, p. 221)

Nesse mesmo sentido, a psiquiatra e pesquisadora Neusa Santos traz o seguinte:

É que, no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. (SOUSA, 1983 P. 77)

A construção de uma identidade tem como base vários fatores que podem exercer uma influência positiva ou negativa nesse processo, e este fato deve ser levado em consideração ao falarmos de identidade negra no Brasil.

Como se percebe, o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e racias. (MUNANGA, 1988, p.143-146)

Além disso, trata-se também de um processo particular e subjetivo, sendo portanto difícil defini-lo com exatidão, de forma a ser aplicável a todos os indivíduos de maneira análoga. Contudo, parece existir um consenso quando se analisa como nossas relações com os



outros são capazes de influenciar a construção de nossa identidade. Para Taylor (2000, p. 243) a importância do diálogo com o outro, ou a importância do reconhecimento para a construção identitária se intensificou a partir da nova compreensão acerca de identidade individual que surgiu no final do século XVIII.

O autor aponta que com a modernidade essa necessidade de construção da identidade de forma dialógica com o outro, tendo o reconhecimento como elemento vital para a construção saudável da identidade começou a se frustrar por alguns fatores, como o reconhecimento negativo ou o reconhecimento errôneo. *“Uma identidade original precisa do reconhecimento dado ou negado por outros significativos – e é vulnerável a ele.”* (TAYLOR, 2000 p.244).

## 2. A constituição do indivíduo como pressuposto da construção identitária

Para refletir sobre a identidade negra no Brasil, é preciso entender como o processo de construção identitária dos afrodescendentes pode confrontar-se com caminhos sinuosos e complexos, e a fim de se entender isso precisamos retomar a noção de indivíduo e sua influência na formação de uma identidade social e posteriormente de uma identidade individual.

Segundo Bragato (2010), o pensamento de São Tomás de Aquino acerca da concepção de indivíduo foi muito importante para entendermos esse conceito na modernidade. Em sua concepção, de indivíduo era a noção de sujeito único e indivisível, possuindo, portanto uma totalidade em si mesmo. Dessa proposição chegamos a ideia de que todos os seres humanos são iguais, uma vez que são frutos da mesma racionalidade.

Posteriormente, Descartes concebe o indivíduo como ser racional, capaz de autonomia intelectual, sendo, portanto a fonte de todo o conhecimento. Somando a este conceito Kant, apesar de entender que o homem só atinge sua completude em sociedade, desenvolve a noção de que o indivíduo seria o sujeito autônomo, que age de acordo com sua própria autonomia e razão, dissociado, portanto das leis da natureza. Essas noções abordam o indivíduo isoladamente e não consideram neste momento suas relações com a sociedade.

Contudo, com o tempo essa perspectiva individualista passa a sofrer intercorrências de um pensamento sociológico que reflete sobre como a sociedade também possui influência na determinação do indivíduo. Hegel defende nessa perspectiva que o individualismo exacerbado é o precursor da loucura, havendo, portanto a necessidade de que o indivíduo não viva em isolamento absoluto, centrado apenas em sua individualidade. Com essa mudança de percepção, o estudo acerca do indivíduo vai incorporando noções a respeito da vida em sociedade. *“Mesmo antes de ser indivíduo o homem é um dos semelhantes, relaciona-se com os outros antes de se referir especificamente ao eu; é um momento das relações em que vive, antes de poder chegar, finalmente, a autodeterminação”* (ADORNO & HORKHEIMER, 1956, p. 47)



---

Partindo da proposição citada acima, podemos ver que a noção de indivíduo passa a ser tomada de uma perspectiva sociológica, de que o homem para se constituir enquanto indivíduo autônomo e livre, necessita antes do reconhecimento de seus pares e da relação de pertencimento a um determinado grupo. E somente após se perceber enquanto indivíduo completo é que a pessoa poderá então construir sua identidade baseada em premissas positivas acerca de si mesmo e da sociedade a que pertence, se percebendo enquanto membro igual dessa sociedade.

### 3. A escravidão como obstáculo à construção identitária

Tendo como premissa a discussão acerca da concepção de indivíduo e sua importância na construção identitária de uma pessoa, podemos então refletir como a reconstrução de uma identidade negra no Brasil pode ter sido extremamente prejudicada pela escravidão que se impôs aos africanos em território brasileiro.

Antes de adentrarmos nessa questão específica, é preciso recordar que ao serem trazidos para o Brasil com o intuito de serem escravizados, os africanos ao chegarem em solo brasileiro passaram por um processo de ruptura cultural e identitária, uma vez que eram alocados com africanos das mais diversas etnias e regiões do continente africano, que possuíam culturas, tradições, línguas e religiões diferentes, não possuindo portanto qualquer unidade uns com os outros. *“Africanos de diferentes etnias, jogados todos em uma mesma senzala, mas necessitados de forjar novos padrões de sociabilidade e novas formas de expressão cultural, tendem a encontrar culturas mediadoras”* (BARROS, 2014 p.86).

Nesse contexto, a psicóloga Isildinha Nogueira defende ter havido portanto a necessidade de reconstrução da identidade negra no Brasil. *“A aculturação era uma consequência normal entre culturas diferentes obrigadas a conviver. Perderam progressivamente as identidades originais, mas, nesse processo de transculturação, surgiu nova identidade negra.”* (NOGUEIRA, 1998, p.14)

Ao serem escravizados, os negros passavam então à condição de propriedade do senhor de escravos, e nessa condição não eram reconhecidos como seres humanos, mas sim como coisa, eram mercadorias e o tratamento que lhes era dado durante todo o período de vigência do regime escravocrata no Brasil era o tratamento dado a coisas, não possuíam portanto humanidade. *“E, perante o direito, escravos eram considerados propriedade privada, mais especificamente, bens semoventes, ou seja, coisas que se movem com tração própria, semelhantes a animais”* (ALMEIDA, 2019 l. 1303)

Partindo dessa premissa, NOGUEIRA (1998,p.35) defende que se a concepção de indivíduo nasce a partir da relação estabelecida em sociedade com os demais indivíduos percebidos como seres iguais, é impossível ao negro escravizado se perceber enquanto indivíduo, uma vez que sua relação com a sociedade em que vive, é uma relação de coisa, de



objeto. Assim, sua desumanização bloqueia o processo de constituição da individualização, uma vez que impossibilita sua identificação com os outros enquanto seres humanos.

O negro não era persona. Não era um cidadão nascido livre, como pessoa jurídica; na condição de escravo, não era pessoa; seu estatuto era o de objeto, não o de sujeito. Assim, o negro foi alijado do corpo social, única via possível para se tornar indivíduo. (NOGUEIRA, 1998, p.35)

Até mesmo a abolição da escravidão não conseguiu reverter esse quadro, uma vez que não ocorreu de maneira que pudesse permitir aos negros libertos a possibilidade de se integrarem à sociedade brasileira como iguais. O efeito foi diverso, *“tal processo foi vivenciado como um abandono”* (NOGUEIRA, 1998 p.36).

Nesse contexto, o racismo já existente na sociedade brasileira e sua intensificação com base nas teorias de embranquecimento da população, como forma de se atingir o progresso do país, fizeram recair sobre o negro situações de discriminação e preconceito que dificultaram sua construção identitária.

Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidade os senhores, o Estado, e a igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem. (NASCIMENTO, 2016, 1.1267)

Frente a sua nova realidade de homem livre, contudo excluído da sociedade, seu processo de identificação foi gravemente comprometido, seja pela dificuldade de se reconhecer primeiramente enquanto indivíduo seja pela recusa de se reconhecer enquanto negro, dado a carga negativa dessa identificação. *“O negro, no seu processo de tentar se constituir como indivíduo social, desenvolveu um horror a se identificar com seus iguais, pois estes representam, para ele, o retorno de um sentido insuportável”* (NOGUEIRA, 1998, p 37).

#### 4. A ausência de reconhecimento e a identidade do afrodescendente

De acordo com Munanga (2012, L.61), a construção de uma identidade pode se dar de formas diversas em função de fatores definidos pelo autor como: O fator histórico, o fator linguístico e o fator psicológico.

O fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vividos pelo conjunto de sua coletividade. É a razão pela qual cada povo faz esforço para conhecer sua verdadeira história e transmitia-la às futuras gerações (MUNANGA, 2012 p.68)

O fator histórico de construção de uma identidade abordado por Munanga, é muito relevante quando pensamos a questão do negro no Brasil. Por causa do passado escravocrata, ao negro, foi negada a sua ancestralidade, perdendo por completo os laços que tinha com o continente africano, conforme já abordamos anteriormente. Dessa forma, a construção de



identidade das gerações de negros nascidos no Brasil pode ter sido muito prejudicada pela privação de um dos fatores mais importantes na constituição identitária, de acordo com a visão de Kabengele Munanga; o fator histórico.

Pegue uma pessoa, despojando-a brutalmente de todos os dados gravados em sua cabeça. Infilja-lhe, por exemplo, uma amnésia total. Essa pessoa tornar-se-á um ser errante num mundo onde não compreende mais nada. Despojada de sua história, ela estranha a si mesma, aliena-se. A história é a memória das nações. Os povos e as coletividades são frutos da história. (KI-ZERBO apud MUNANGA 1988 p. 701)

De acordo com essa reflexão, podemos perceber como a construção identitária do negro baseada em premissas positivas foi comprometida em função da ausência do reconhecimento de sua história, de seu povo e de sua cultura. Sendo este fato muito relevante para uma construção identitária baseada em premissas positivas. *“Negar reconhecimento pode ser uma forma de opressão”* (TAYLOR, 2000, p.250 )

Pensando especificamente a questão dos negros, ainda existe um obstáculo maior à construção de uma identidade autêntica e positiva, que é a superação de complexos de inferioridade e preconceitos advindos do racismo.

A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro (MUNANGA, 2012, p. 687).

Essa questão é bem descrita por Neusa Santos quando a pesquisadora fala sobre construção de identidade negra:

A possibilidade de construir uma identidade – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. (SOUSA, 1983, p. 77)

Neste sentido Munanga aponta para a questão dos colonizados em geral e dos negros no Brasil, especificamente, ao defender que essa subjugação da cultura e da intelectualidade dos colonizados foi utilizada como forma de controle pelos colonizadores, criando uma desestabilização cultural, moral e psíquica, deixando o negro sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo.

Insistimos que, além da força como meio para manter esse violento equilíbrio, recorreu-se oportunamente aos estereótipos e preconceitos através de uma produção discursiva. Aí, toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade. (MUNANGA, 2012 l. 282)

Para a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2008), a existência de uma sociedade racista que possui um mito de democracia racial, faz com que negras e negros passem a formar sua respectivas identidades em contato direto e constante com demonstrações de racismo o que afeta a maneira como se identificam. *“A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc.”* (MUNANGA, 2012 L. 394)



Portanto, como essa imagem depreciativa afeta tudo o que diz respeito ao negro, podemos perceber o nível de influência negativa que possui na construção de sua identidade, uma vez que essa percepção distorcida afeta inúmeras áreas importantes na formação identitária.

(...) no tocante aos negros: a de que a sociedade branca projetou por gerações uma imagem depreciativa a cuja adoção alguns negros se mostraram incapazes de resistir. Nesse modo de ver as coisas, sua autodepreciação vem a ser um dos mais fortes instrumentos de sua opressão. Sua primeira tarefa teria de ser purgar a si mesmos dessa identidade imposta e destrutiva. (TAYLOR, 2000, P. 241)

Essa necessidade de primeiro se livrar dos complexos de inferioridade infligidos pelo branco através da dominação cultural e física para posteriormente conseguir estabelecer condições adequadas para a construção de uma identidade positiva pode ser muito relevante.

Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia do grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva. (MUNANGA, 2012 L. 183)

Para Munanga (2012) o que parece unir os processos identitários dos negros no Brasil é um passado de violência física e psíquica e cultural.

Na realidade, o que esses grupos humanos tem fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. (MUNANGA, 2012 L. 198)

A construção de uma identidade negra no Brasil pode ser capaz de despertar esse passado de violência vivido pelos ancestrais e também percebido pelo próprio indivíduo em função do racismo.

A descoberta de ser negra, é mais que a constatação do óbvio. Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUSA, 1983, p.17)

Munanga (2012, p.126) defende que a dominação da cultura do colonizador sobre a cultura do negro escravizado é determinante na construção de uma identidade baseada em equívocos acerca de si mesmo e de sua história. Para o autor a utilização do discurso do reconhecimento pela cultura dominante em sociedades multirraciais é preocupante, pois pode ocorrer, não o respeito a todas as culturas, mas sim o domínio de uma sobre as outras.

Isso nos leva a questão do multiculturalismo tal como costuma ser debatido hoje, que tem muito que ver com as imposições de algumas culturas sobre as outras e com a suposta superioridade que sustenta essa imposição. (TAYLOR, 2000, p.267)

Na realidade brasileira essa utilização do discurso do reconhecimento pela cultura dominante a fim de se sobrepor às demais culturas visando uma homogeneização cultural é



temerário, pois pode negar a existência do racismo ao reafirmar o mito da democracia racial. Taylor (2000) ressalta que é preocupante quando uma cultura age de forma condescendente com as demais e não com o respeito devido.

Mas pode haver manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como um desejo separatista. Essa manipulação pode tomar a direção de uma folclorização pigmentada despojada de reivindicação política. (MUNANGA, 2012 L.90)

Taylor (2000) ainda chama a atenção para a necessidade de existir nas sociedades multiculturais, como as sociedades da atualidade, o reconhecimento de igual valor de diferentes culturas. O que significa que não apenas haja a “permissão” de sobrevivência dado pela cultura dominante de uma forma condescendente mas que haja o reconhecimento do real valor de cada cultura. *“As pessoas que poderiam se beneficiar do reconhecimento, fazem uma distinção crucial entre os dois atos. Elas sabem que desejam respeito, e não condescendência.”* (TAYLOR, 2012, p.256) Para o autor, o reconhecimento é uma necessidade vital e possui caráter de urgência uma vez que está diretamente vinculado a construção identitária.

A tese é de que nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, freqüentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. (TAYLOR, 2000, p.241)

Dessa forma ao construir sua identidade baseada em um ideal branco inatingível, o negro se baseia em um tipo de reconhecimento que Taylor chama de reconhecimento errôneo, ou seja, passa a construir sua identidade baseada na identidade do branco. Taylor (2000 l. 5359) chega a afirmar que esse tipo distorcido de reconhecimento causa um dano capaz de se assemelhar aos danos causados pela desigualdade, exploração e injustiça.

Na sua totalidade, a elite negra alimentava um sonho: assemelhar-se tanto quanto possível ao branco para na sequência, reclamar dele o reconhecimento de fato e de direito. O embranquecimento do negro realizar-se-á principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco (MUNANGA, 2012 L. 464)

O negro então, forja sua identidade com base em um reconhecimento errôneo acerca de sua ancestralidade, buscando incansavelmente se aproximar de um ideal branco inatingível. O que lhe oprime e lhe frustra. A saída, seria a construção de uma identidade positiva e autêntica que não negue sua origem, cultura, povo e etc. Ou seja, uma identidade construída em premissas positivas.

E, posto que o oprimem em sua raça, e por causa dela, é de sua raça, antes de tudo, que lhe cumpre tomar consciência. Aos que, durante séculos, tentaram debalde, porque era negro, reduzi-lo ao estado de animal, é preciso que ele os obrigue a reconhecê-lo como homem. (MUNANGA, 2012 L.794)

Contudo, é preciso esclarecer que se libertar de um ideal branco imposto não significa necessariamente um rompimento que leve ao ódio e ao ressentimento com relação ao outro. Para Munanga, um dos objetivos da negritude é a solidariedade para com todos os demais.



Além da busca da identidade cultural e da ação política, o terceiro objetivo fundamental da negritude é o repúdio ao ódio e a procura do diálogo com outros povos e cultural... A questão é contribuir para a construção de uma sociedade, onde todos os mortais poderão encontrar seu lugar. (MUNANGA, 2012 L.756)

Vera Candau (2008, p.49) defende que devemos passar da afirmação da igualdade e da diferença para a igualdade na diferença. Esse respeito às diferenças é o que Taylor chama de “Política da Diferença”.

O princípio do respeito igual requer que tratemos as pessoas de uma forma cega à diferenças. Para a política da diferença, temos que reconhecer ou mesmo promover as particularidades. (TAYLOR, 2000, p.266)

De acordo com essa política, as diferenças culturais existentes em uma mesma sociedade devem conviver de forma pacífica e respeitosa, sem que uma cultura dominante subjugu as demais. Procurando analisar o outro pelos padrões do outro, a fim de se evitar uma uniformização que oprima e interfira diretamente no reconhecimento necessário para a construção de identidades baseadas em premissas positivas.

## 5. Conclusão

Por mais difícil que pareça encontrar uma solução para os atritos existentes em função da diversidade de uma sociedade multicultural, a resposta talvez possa residir na educação. Vera Candau (2008, p.54) defende a ideia de que é preciso promover uma educação voltada para o reconhecimento do outro, do diálogo, a fim de construir uma sociedade democrática, plural e humana que articule políticas de igualdade com políticas de reconhecimento. Em visão semelhante Taylor (2000 p. 252) sustenta que a educação é uma forma eficaz de se promover a política do reconhecimento e a política da diferença, através do incremento de currículos afrocêntricos na base curricular das escolas, por exemplo. O que garantiria não apenas uma cultura mais ampla para todos, mas também daria o devido reconhecimento ao povo negro, contribuindo para a formação de uma identidade negra ancorada em premissas positivas.

## 6. Bibliografia

ADORNO, T.W e HORKHEIMER, M. (1956) Temas básicos da Sociologia. São Paulo: Cultrix / ESUP, 1973.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. Feminismos Plurais/ Coordenação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

<sup>1</sup>Charles Taylor aborda esse conceito mais detalhadamente no capítulo 12 do livro que consta na bibliografia deste artigo.



---

BARROS, José D'Assunção. *A Construção da Cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade Brasileira*. 3 ed. Ed Vozes. Petrópolis-RJ. 2014.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. A definição de pessoa e de dignidade humana e suas implicações práticas. *Revista Direitos Fundamentais & Justiça*, Ano 4, n. 13, pp. 78-95, Porto Alegre, outubro/dezembro de 2010.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008. Pp. 45-56.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2 ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. In: CONSORTE, Josildeth Gomes; COSTA, Márcia Regina da (Orgs.). *Religião, política, identidade*. São Paulo: Educ-séries Cadernos PUC, 1988. p.143-146.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. 3 edição. Ed Autêntica. Belo Horizonte-MG, 2012. Kindle Edition.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016. Edição Kindle.

NOGUEIRA, Ilsidinha Baptista. *Significações do Corpo Negro*. São Paulo. 1998, Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial do Brasil do século XIX*. Companhia das Letras. São Paulo-SP. 1993.

SOUSA, Neusa Santos. *Torna-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

TAYLOR, Charles. *A Política do Reconhecimento (P.241 a 274)*. In *Argumentos Filosóficos*. Edições Loyola, São Paulo-SP, 2000.